



# O CONCEITO DE *ACONTECIMENTO* NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Amadeu de Oliveira Weinmann

**RESUMO** – *O conceito de acontecimento na pesquisa em História da Educação.* O artigo analisa as possibilidades que o conceito de *acontecimento* – tal como esse é elaborado por Michel Foucault e Gilles Deleuze, no âmbito das filosofias pós-nietzschianas da diferença – abre para a pesquisa em História da Educação. É na medida em que se configura como problemático, isto é, que abala as evidências que dão estabilidade a um dispositivo educacional determinado, que um acontecimento incita o pensamento em educação. Nessa perspectiva, o historiador da educação deflagra o processo de investigação a partir de um fragmento de atualidade, que lhe suscita estranhar a experiência educacional em que está envolvido, suspeitar de suas verdades consensuais e duvidar de sua apregoada imutabilidade, relançando o movimento de pensar essa experiência.

**Palavras-chave:** *acontecimento, problematização, atualidade, dispositivo educacional, história da educação.*

**ABSTRACT** – *The concept of event in the research on History of Education.* The article analyses the possibilities that the concept of *event* – as elaborated by Michel Foucault and Gilles Deleuze in the field of the post-nietzchian philosophies of difference – creates in the research on History of Education. An event prompts inquiry in education when it questions the evidences that give stability to a specific educational device. According to this perspective, the education historian starts the process of investigation from a fragment of current times, which leads her/him to make the familiar in the educational experience strange, to suspect the consensual truths in this experience, and to doubt its proclaimed immutability, reposing the movement of thinking about this experience.

**Keywords:** *event, problematization, actuality, educational device, history of education.*

## O que é um acontecimento educacional?

O que pode ser considerado objeto de pesquisa, em História da Educação? Qualquer fato ocorrido em sala de aula? Tudo o que se passa no interior de uma escola? Todo parecer do Conselho Federal de Educação, ou portaria do Ministério da Educação? O advento de uma nova proposta pedagógica? A adoção de novos parâmetros curriculares? Essa questão não é evidente em si, mas precisa ser problematizada. Inicialmente, proponho que pensemos que o objeto de pesquisa, em História da Educação, é o *acontecimento educacional*. Porém, isso não resolve o problema, visto que teríamos, ainda, de definir o que é um *acontecimento educacional* e como trabalhá-lo em História da Educação. Pois esse é o objetivo deste artigo. Para tanto, inspiro-me nas teorizações de Michel Foucault e de Gilles Deleuze acerca do *acontecimento* e de sua relação com a História, para posteriormente lançar algumas idéias sobre o uso da noção de acontecimento na pesquisa em História da Educação.

### **Acontecimento, origem e continuidade: a perspectiva antropológico-transcendental**

Foucault (2000a) assinala que, tradicionalmente, a História esteve comprometida com o objetivo de estabelecer as relações de continuidade que, supostamente, existem entre os fatos históricos. Essas relações seriam tramadas de duas formas, especialmente: por um princípio de causalidade, que procura as *origens* de um acontecimento; e por um princípio interpretativo, que visa revelar o seu *sentido*. Pelo primeiro princípio, todo acontecimento deve ser remetido a uma cadeia de eventos antecedentes, o que acaba por remontá-lo, numa regressão infinita (os acontecimentos-causa sempre são conseqüência de outros, que precedem), a uma experiência originária, indefinidamente recuada no tempo. De acordo com o segundo princípio, todo discurso manifesto repousa sobre um outro, latente, que, ao mesmo tempo em que revela o seu segredo, o mantém oculto. Desse discurso latente, também se pode dizer que possui um significado oculto, e assim sucessivamente, até atingir-se a significação primordial de um acontecimento. Dessa forma, origem e sentido fundem-se nos confins do tempo e da linguagem, conferindo ao acontecimento uma identidade essencial, metafísica, supra-histórica.

Foucault (2000a) sustenta que essa perspectiva visa elidir do acontecimento sua irredutível diferença e dispersão. Tendo emergido associada à problemática da *morte do homem* (Foucault, 2002), a História tece a trama da continuidade com o intuito de exorcizar o temor à finitude, reencontrando, para além da turbulência dos fenômenos históricos, a perenidade de um sujeito transcendental. Conforme Foucault, “fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da

consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento” (2000a, p. 15).

## Construir séries descontínuas de acontecimentos

De acordo com Foucault (2000b), a ruptura com esse modelo historiográfico vem se delineando há algum tempo. O estruturalismo, ao priorizar o estudo das relações simultâneas (sincrônicas), em detrimento da idéia de sucessão (perspectiva diacrônica), contribuiu para desconstruir a hegemonia do modelo biológico-evolucionista, em história. Nesse sentido, ao procurar estabelecer as relações lógicas existentes entre os diferentes elementos de um sistema, o estruturalismo abandona um enfoque muito caro à historiografia tradicional: aquele que se refere à causalidade dos fenômenos sociais, isto é, às suas origens. Por outro lado, a partir do momento em que enfatiza a análise das regras que organizam uma determinada sociedade, o estruturalismo renega a noção de liberdade, ou de iniciativa individual, que supostamente preside o acontecimento histórico.

Ao lado do estruturalismo, Foucault (2000b) assinala a emergência de uma nova corrente historiográfica – denominada Serial –, a qual, com seu método inovador, revigora a noção de acontecimento. Esses historiadores não tomam como ponto de partida de suas pesquisas um objeto antecipadamente constituído, mas um conjunto de documentos concernentes a um tema específico e a uma época determinada. Na análise desse material, a História Serial, ao invés de buscar decifrar o documento, visando apreender algo da realidade social que nele se encontraria velado, procura estabelecer um certo número de relações. Desse modo, enquanto na história tradicional o acontecimento é considerado conhecido, consistindo o trabalho do historiador em identificar suas causas e em revelar o seu sentido, na História Serial o objetivo da pesquisa seria produzir acontecimentos, ou séries de acontecimentos que, até então, não haviam se constituído como tal.

Nessa nova perspectiva, fulguram as *descontinuidades*. A História sempre trabalhou com o descontínuo: tal é o sentido da noção de fato histórico. No entanto, o pressuposto fundamental era que o acontecimento consistia numa perturbação superficial do curso da história, cabendo ao historiador remontá-lo à unidade e continuidade do processo histórico. Foucault postula que a História Serial implode a concepção de unidade e de continuidade profunda do processo histórico. A constituição de diferentes estratos de acontecimentos multiplica as descontinuidades e introduz a idéia de *temporalidade múltipla*. Não mais um tempo único, evolutivo, que englobe em seu interior todos os fenômenos humanos, mas séries de acontecimentos, com durações próprias, acotovelando-se num mesmo momento da história.

No campo das disciplinas relacionadas à história do pensamento, um processo semelhante estaria ocorrendo:

*Sob as grandes continuidades do pensamento, sob as manifestações maciças e homogêneas de um espírito ou de uma mentalidade coletiva, sob o devir obstinado de uma ciência que luta apaixonadamente por existir e por se aperfeiçoar desde seu começo, sob a persistência de um gênero, de uma forma, de uma disciplina, de uma atividade teórica, procura-se agora detectar a incidência das interrupções, cuja posição e natureza são, aliás, bastante diversas (Foucault, 2000a, p. 4).*

Ou seja, o foco dos interesses dessas disciplinas estaria se deslocando da questão das origens e da permanência de uma determinada tradição para os limiares de certas formas do pensamento, para os cortes que instituem ou renovam os campos do conhecimento, isto é, para os fenômenos de descontinuidade.

Em decorrência dessas novas orientações metodológicas, algumas transformações importantes teriam ocorrido nas ciências históricas. Foucault (2000a) destaca o novo estatuto adquirido pela descontinuidade. Para a história tradicional, o descontínuo era aquilo que, pela análise, deveria ser contornado, reduzido, eliminado. Na nova historiografia, o descontínuo constitui, de partida, uma operação do pesquisador, pois ele deve distinguir os diferentes níveis de análise, os métodos adequados a cada um deles e as periodizações que melhor lhes correspondem. Além disso, o descontínuo consiste no resultado das descrições, pois o historiador visa evidenciar os pontos de inflexão de uma tendência, a reversão de um processo, os limites de um determinado movimento, etc. Por fim, ele é um conceito que não pode deixar de ser explicitado pela nova teoria da história.

Uma outra mudança significativa, introduzida por essas novas escolas historiográficas, concerne à sua postura frente ao documento. Em vez de interpretá-lo e de determinar a sua autenticidade e o seu valor expressivo, a história agora “(...) organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações” (Foucault, 2000a, p. 7). Dito de outra forma, a nova história transforma o documento em monumento e ocupa-se em descrever as suas relações intrínsecas e extrínsecas – suas regularidades enunciativas –, ao invés de tentar encontrar nele um discurso silenciado.

Também como parte desse processo de transformações, ocorre o esboroamento do projeto de uma história total, globalizante, que almeja “(...) reconstituir a forma de conjunto de uma civilização, o princípio – material ou espiritual – de uma sociedade, a significação comum a todos os fenômenos de um período, a lei que explica sua coesão” (Foucault, 2000a, p. 11). Em seu lugar, delinea-se o esboço de uma História Geral, ocupada em descrever as articulações que podem ser estabelecidas entre as diferentes séries de acontecimentos – ressaltando seus desníveis e especificidades –, visando constituir “séries de séries” (ou “quadros”) de acontecimentos. Foucault (idem, p. 12) resume assim a diferença entre essas duas concepções: “uma descrição global cinge todos os

fenômenos em torno de um centro único – princípio, significação, espírito, visão do mundo, forma de conjunto; uma história geral desdobraria, ao contrário, o espaço de uma dispersão”.

### **Traçar diagramas de forças: proveniência e emergência de um acontecimento**

Inspirado na genealogia nietzschiana, Foucault (2000b) postula que o genealogista produz história com um objetivo: o de conjurar a ilusão das origens. Para as concepções metafísicas da história, a origem de um acontecimento coincide com a sua essência, com a “(...) sua identidade cuidadosamente guardada em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental e sucessivo” (idem, p. 262). Essa acepção reserva às origens um lugar elevado, digno de uma atitude solene, pois esse seria o momento em que a verdade do acontecimento revela-se ao pesquisador no esplendor da sua criação.

Nesse sentido, os termos *proveniência* e *emergência* designam melhor do que origem o objeto próprio da genealogia. Por *proveniência*, Foucault entende o tronco, a antiga pertinência a um grupo. No entanto, reitera que a análise, longe de querer encontrar, num acontecimento, os aspectos que possibilitam subsumi-lo numa totalidade, faz proliferarem – ali onde se pensava encontrar a unidade das identidades – as diferenças, os acidentes de percurso, os ínfimos desvios, a emergência das singularidades. E é por estar relacionada, de forma indelével, à herança, que a *proveniência* refere-se intimamente ao corpo, naquilo que ele possui de histórico: “a genealogia, como análise da *proveniência*, está, portanto, na articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado pela história, e a história arruinando o corpo” (Foucault, 2000b, p. 267).

A *emergência*, por sua vez, refere-se ao ponto de irrupção, ao princípio e à lei singular de um acontecimento. Situa-se no momento exato em que ocorre uma alteração na correlação das forças envolvidas numa agonística. Produz-se nos interstícios, nas brechas que aparecem quando se inverte o equilíbrio previamente existente entre essas forças, e a estrutura, anteriormente estabelecida, ameaça ruir. De acordo com Foucault, as regras que organizam um determinado sistema nada mais são do que violência institucionalizada, que permite relançar, ininterruptamente, o jogo das sujeições. A *emergência* de um acontecimento ocorre no instante mesmo em que aquele que se encontra assujeitado apropria-se de um sistema de regras, utilizando-o pelo avesso contra aquele que o sujeitava. Em função disso, Foucault postula que interpretar, longe de ser a revelação de um sentido desde sempre pertencente a um determinado acontecimento, consiste em apoderar-se pela força das significações que lhe são atribuídas, submetendo-as a novas regras de sentido. Nessa perspectiva, compete à

genealogia descrever a emergência das diferentes interpretações, “(...) fazê-las surgir como acontecimentos no teatro dos procedimentos” (Foucault, 2000b, p. 270).

Uma outra diferença, entre a genealogia e a história de inspiração metafísica, concerne à irrupção do acontecimento. Enquanto esta última dissolve o acontecimento singular numa continuidade ideal, o genealogista o faz surgir no que ele tem de único e agudo, de transgressivo em relação à ordem das coisas (Cardoso, 1995). No tocante a essa questão, assim se pronuncia Foucault (2000b, p. 272-3):

*Acontecimento: é preciso entendê-lo não como uma decisão, um tratado, um reino ou uma batalha, mas como uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se amplia e se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que estão em jogo na história não obedecem nem a uma destinação nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta.*

Ao contrário da historiografia tradicional, que busca recolher na dispersão dos acontecimentos os traços essenciais do mundo em que vivemos, a genealogia sustenta a existência de miríades de acontecimentos entrelaçados, desprovidos de sentido intrínseco e dependentes, exclusivamente, da correlação que se estabelece, a cada momento, entre as diversas forças de uma agonística – das quais o genealogista tentará apreender o diagrama.

## **Acaso e acontecimento**

Em sua aula inaugural no Collège de France, Foucault (1996, p. 59) propõe o seguinte: “É preciso aceitar introduzir a casualidade como categoria na produção dos acontecimentos”. Essa afirmação é problemática pois, se o acontecimento é aleatório, como almejar a sua inteligibilidade? Foucault (2000b) afirma que os historiadores, via de regra, têm procurado o princípio de inteligibilidade da história em alguma espécie de *lei*, capaz de reconciliar numa unidade toda a diversidade do processo histórico. De acordo com Foucault, um princípio dessa espécie – quer seja definido como idealista (o espírito de uma época), ou como materialista (a luta de classes como o motor da história) –, ao pretender-se trans-histórico, renuncia à sua historicidade; torna-se a-histórico. A genealogia reintroduz no devir tudo aquilo que se supõe transcendente na história.

Em oposição às correntes historiográficas que visam descobrir nexos de causalidade mecânica ou de necessidade ideal entre os acontecimentos, Foucault (1997, p. 88) pensa a história em termos de uma “(...) multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização”. Essas forças não são sujeitos, não possuem identidade, nem revelam essências. São anônimas, impessoais e constituem devires. Se, num momento, parecem estabilizar-se numa configuração estratégica – da qual é possí-

vel traçar o diagrama –, isso não implica em imutabilidade. O fato de essas forças serem móveis, instáveis, heterogêneas e de sua confrontação ser inevitavelmente tensa, desequilibrada e de realizar-se em espaço aberto, torna a sua organização caleidoscópica, mutante, com propensão ao caos.

Isso, porém, não significa que o acontecimento seja ininteligível. Entendê-lo dessa forma implica em considerar que o curso supostamente racional da história foi acometido de um surto de irracionalidade. O que Foucault (2000b) propõe é que se elabore a *lei singular* da irrupção de um acontecimento. Em termos metodológicos, Foucault (2003b) sugere que se proceda a sua *desmultiplicação causal*, isto é, que o acontecimento seja analisado através dos múltiplos processos que o constituem. Esses processos, por sua vez, devem ser decompostos em suas múltiplas variáveis, de modo a que se possa construir, em torno de um acontecimento singular, um “‘poliedro de inteligibilidade’, cujo número de faces não é previamente definido e nunca pode ser considerado como legitimamente concluído” (idem, p. 340). Esse procedimento acarreta um *polimorfismo crescente*, à medida que a análise avança: “polimorfismo dos elementos que são postos em relação (...); polimorfismo das relações descritas (...); polimorfismo nos domínios de referência” (idem, p. 340-1).

Por fim, o acaso irrompe na produção de um acontecimento através da entrada em cena de uma outra força. Foucault (2000b, p. 274) assinala que os historiadores, em nome da objetividade científica, visam “(...) apagar o que pode revelar, em seu saber, o lugar de onde eles olham, o momento em que eles estão, o partido que eles tomam, o incontornável de sua paixão”. Diferentemente, a genealogia não recusa a sua condição de saber perspectivo: reconhece-se inevitavelmente parcial; assume, deliberadamente, o risco de pronunciar-se desde o lugar que ocupa; e, ao invés de pretender alojar-se no espaço destinado à razão transcendental, sabe-se situada no campo imanente da luta, do qual é uma das forças em jogo.

## O acontecimento é problemático

Foucault (2003a, p. 327) refere-se a duas possibilidades de procedimento historiográfico, cada qual com as suas exigências e os seus limites próprios: “Uma que consiste em se dar um objeto e em tentar resolver os problemas que ele pode causar. A outra que consiste em tratar um problema e em determinar, a partir daí, o domínio de objeto que é preciso percorrer para resolvê-lo”. Em suas investigações, é com essa última modalidade que Foucault opera. Portanto, convém precisar o que Foucault considera um *problema*.

Em um debate com um grupo de historiadores, Foucault (2003b, p. 338) fornece uma pista para a compreensão dessa questão: “o balizamento de uma

descontinuidade nunca é senão a constatação de um problema a resolver”. É nesse sentido que Foucault propõe-se a *acontecimentalizar*<sup>1</sup> a história. Um acontecimento é, sempre, uma ruptura evidente – a emergência de uma singularidade –, mas, ao mesmo tempo, é uma ruptura das evidências: uma problematização. Por problematização, Foucault (1984, p. 76) entende “(...) o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e a constitui como um objeto para o pensamento”. Tal como em Deleuze (1988) – para quem o pensamento produz-se quando estrangido por forças que lhe são estranhas –, em Foucault, o acontecimento é potência que perturba os modos habituais pelos quais concebemos o que somos e o mundo em que vivemos.

Por considerar o acontecimento como problemático<sup>2</sup>, Foucault re-orienta o seu projeto histórico-filosófico, no sentido de investigar as condições em que os indivíduos problematizam a si próprios e ao mundo em que vivem. Para uma *história do pensamento*, importa analisar esses acontecimentos cruciais, que são “(...) as *problematizações* através das quais o ser se dá como podendo e devendo ser pensado, e as *práticas* a partir das quais essas problematizações se formam” (Foucault, 2001, p. 15). Nessa perspectiva, a problematização da atualidade<sup>3</sup>, decorrente de uma atitude filosófica “(...) em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível” (Foucault, 2000b, p. 351), configura-se como um acontecimento que provoca o pensamento, desconstruindo evidências e operando rupturas nas formas de racionalidade vigentes.

## A materialidade incorpórea do acontecimento

Deleuze enfoca o acontecimento desde uma ótica singular: como uma *materialidade incorpórea*, de acordo com a definição proposta por Foucault (2000b)<sup>4</sup>. Essa conceitualização parte de uma distinção, crucial na filosofia deleuziana (Machado, 2000), entre o *atual* e o *virtual*. Deleuze (1998, p. 173) postula que “toda multiplicidade implica elementos atuais e elementos virtuais” e que esses elementos “(...) são ditos virtuais quando sua emissão e absorção, sua criação e destruição são feitas num tempo menor do que o mínimo de tempo contínuo pensável, e que tal brevidade os mantém desde então sob um princípio de incerteza ou de indeterminação”. Nessa perspectiva, o atual é entendido como virtualidade coagulada, como uma condensação do efêmero, endurecida numa temporalidade, cuja duração já não é mais a do instante.

De acordo com Deleuze (1998), todo atual é envolvido por uma densa nuvem de elementos virtuais, com a qual estabelece um circuito de trocas incessantes. Desse modo, ao mesmo tempo em que o atual decompõe-se em partículas infinitesimais e dissolve-se no virtual, este se individualiza num processo de

*atualização*. No entanto, a atualização ainda pertence ao virtual, consistindo numa irrupção de singularidade, enquanto que o atual implica em individualidades já constituídas. Traçar o plano imanente das relações entre o atual e o virtual – dos fluxos ininterruptos que se produzem entre ambos – envolve delinear a curva sinuosa que passa pelos pontos de atualização, na indeterminação do seu devir.

É com base nessa compreensão que Deleuze (1992, p. 210) critica os historiadores, afirmando que “o que a história capta do acontecimento é sua efetuação em estados de coisa, mas o acontecimento em seu devir escapa à história”. No seu ponto de vista,

*(...) há duas maneiras de considerar o acontecimento, uma consiste em passar ao longo do acontecimento, recolher dele sua efetuação na história, o condicionamento e o apodrecimento na história, mas outra consiste em remontar o acontecimento, em instalar-se nele como num devir, em nele rejuvenescer e envelhecer a um só tempo, em passar por todos os seus componentes e singularidades. O devir não é história; a história designa somente o conjunto das condições, por mais recentes que sejam, das quais desvia-se a fim de “devir”, isto é, para criar algo novo (idem, p. 211).*

Enfoque semelhante encontra-se na análise que Deleuze (1996, p. 92-3) realiza do conceito foucaultiano de dispositivo:

*O actual<sup>8</sup> não é o que somos, mas aquilo em que nos vamos tornando, aquilo que somos em devir (...). É necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir: a parte da história e a parte do actual. A história é o arquivo, é o desenho do que somos e deixamos de ser, enquanto o actual é o esboço daquilo em que nos vamos tornando.*

De acordo com Foucault (2000b), essa oposição entre história e devir, assinalada por Deleuze, decorre da impossibilidade de os historiadores pensarem o acontecimento fora de suas ligações com a densidade dos corpos – com o atual (Deleuze, 1998) –, isto é, sem vinculá-lo a um estado de coisas que sirva de referente para uma proposição, que possua uma identidade no tempo presente e que se ofereça como objeto de significações para a consciência. Do seu ponto de vista, é em *Lógica do sentido* (Deleuze, 2000) que se produz uma *filosofia do acontecimento* que é, simultaneamente, uma metafísica do incorpóreo – em oposição à física dos corpos –, uma lógica do sentido – ao invés de uma lógica das significações – e uma gramática do verbo infinitivo, no lugar de uma gramática do presente indicativo.

Inspirado nos estoícos, Deleuze (2000) concebe os acontecimentos como possuindo uma natureza radicalmente diversa da natureza dos corpos, ou estados de coisas, com os quais se relacionam. Os corpos existem, possuem qualidades e quantidades, experimentam ações e paixões, entrecrocaram-se, misturaram-

se, são causas uns dos outros e, na medida em que se dilaceram mutuamente, produzem efeitos que lhes são estranhos: incorporais acontecimentos. Esses efeitos, por sua vez, não existem: insistem; não possuem qualidades, nem quantidades: exprimem intensidades; não são agentes, nem pacientes, mas, antes, impassíveis; não mergulham nas profundezas dos corpos: percorrem as suas superfícies como um “tênuê vapor incorporal que se desprende dos corpos, película sem volume que os envolve” (idem, p. 10)<sup>6</sup>. De acordo com Deleuze, com a filosofia dos incorporais os estóicos produzem o primeiro grande movimento de reversão do platonismo. Ao retirarem os acontecimentos da alternativa ser/não ser, afirmando-os como *extra-ser*, os estóicos trazem à superfície os simulacros em sua irredutível diferença – puro devir –, arruinando a lógica da identidade, que fundamenta todo o edifício da *filosofia da representação* (Deleuze, 1998)<sup>7</sup>.

Mas se os acontecimentos não se confundem com os corpos, qual é a sua relação com a linguagem? Deleuze (2000, p. 13) afirma que “é próprio aos acontecimentos o fato de serem expressos ou exprimíveis, enunciados ou enunciáveis por meio de proposições pelo menos possíveis”. Porém, o vínculo que se estabelece entre os acontecimentos e as proposições é de uma ordem muito particular: não concerne à designação de um estado de coisas, não consiste na enunciação de um sujeito e não implica numa significação conceitual. O laço existente entre os acontecimentos e as proposições é o *sentido*: “o sentido é o *expresso da proposição*, esse incorporal na superfície das coisas, entidade complexa irredutível, acontecimento puro que insiste ou subsiste na proposição” (idem, p. 20). Essa relação peculiar faz com que o sentido-acontecimento<sup>8</sup> não exista fora da proposição que o exprime, mas, ao mesmo tempo, o coloca como o atributo lógico de um estado de coisas. Tal como numa fita de Moebius, o sentido é pura exterioridade e “(...) não se confunde nem com a proposição que o exprime nem com o estado de coisas ou a qualidade que a proposição designa. É, exatamente, a fronteira entre as proposições e as coisas” (ibidem, p. 23).

O sentido exprime-se através do verbo no infinitivo: “a árvore verdeja” (Deleuze, 2000, p. 7). A proposição “a árvore é verde” designa um estado de coisas, que possui uma identidade no tempo presente: refere-se a um *ser*, portanto. Já “verdejar” é o que acontece à árvore, quer no outono – quando seu verde é pálido –, quer na primavera – quando resplandece –, pois pálido e resplandecente são predicados da proposição que se referem a modos de o acontecimento “verdejar” se efetuar na árvore, mas não ao acontecimento em si mesmo. “Verdejar” acontece à árvore como eterna repetição da diferença – nunca é a mesma árvore, nem o mesmo verde – e insiste na proposição indiferentemente de suas oposições em termos de quantidade, qualidade, modalidade, relação, etc. Este é o caráter paradoxal do sentido-acontecimento: ele sempre se afirma nos dois sentidos, simultaneamente<sup>9</sup>. O acontecimento-sentido, que é produzido (efeito) e neutro (impassível), também possui uma dimensão genética: é ele que torna a linguagem possível<sup>10</sup>, na medida em que insiste em exprimir-

se e em que traça a fronteira entre as palavras e as coisas, pois “(...) sem esta fronteira os sons se abateriam sobre os corpos, as próprias proposições não seriam ‘possíveis’” (idem, p. 171).

E em que temporalidade inscreve-se esse acontecimento-sentido? Deleuze (2000) afirma que os estóicos utilizavam duas leituras do tempo: uma para referirem-se aos estados de coisas (*Cronos*) e outra para os incorporais (*Aion*). Cronos é o presente sempre limitado, que mede a duração dos corpos e em relação ao qual “(...) o passado e o futuro não indicam senão a diferença relativa entre dois presentes, um de menor extensão, o outro cuja contração recai sobre uma extensão maior” (idem, p. 65). Aion é o tempo dos acontecimentos, instante infinitamente subdivisível em passado e futuro, turbilhão do devir sempre a esquivar-se do presente<sup>11</sup>. O acontecimento é problemático precisamente por essa sua propriedade de decompor o presente de um estado de coisas, por seu poder de dissolver identidades. Frente ao acontecimento, não reagimos com a placidez do transeunte: o que se passa?, mas com a perplexidade do atingido por uma calamidade: o que se passou?, o que irá se passar?<sup>12</sup>.

## História e devir

A partir dessas formulações, é possível pensar a prática de um paradoxal *historiador do devir*. Deleuze (2000) afirma ser próprio aos acontecimentos – esses efeitos incorporais de causas corporais – efetuarem-se em estados de coisas, encarnarem-se, incorporarem-se. Captar o acontecimento ainda não efetuado, no entrechoque de corpos que o engendra, e traçar as linhas incorporais que ele percorre no movimento fugaz e aleatório de sua efetuação, talvez seja um outro modo de produzir história. Penso que é nesse sentido que Deleuze (1996, p. 93-4) afirma:

*Devemos separar em todo o dispositivo as linhas do passado recente e as linhas do futuro próximo; a parte do arquivo e a do actual, a parte da história e a do devir, a parte da analítica e a do diagnóstico. Se Foucault é um grande filósofo é porque se serviu da história em proveito de outra coisa: como Nietzsche dizia, “agir contra o tempo, e assim, sobre o tempo, em favor, espero-o, de um tempo futuro”. Porque o que surge como o actual, ou o novo, em Foucault, é o que Nietzsche chamava o intpestivo, o inactual, esse devir que bifurca a história, um diagnóstico que faz prosseguir a análise por outros caminhos. Não é pre dizer, mas estar atento ao desconhecido que bate à porta.*

E é nessa mesma direção que Foucault (2000b, p. 325) aponta:

*O que eu gostaria também de dizer, a propósito dessa função do diagnóstico sobre o que é a atualidade, é que ela não consiste simplesmente em caracterizar*

*o que somos, mas, seguindo as linhas de vulnerabilidade da atualidade, em conseguir apreender por onde e como isso que existe hoje poderia não ser mais o que é. É nesse sentido que a descrição deve sempre ser feita de acordo com essa espécie de fratura virtual, que abre um espaço de liberdade, entendido como espaço de liberdade concreta, ou seja, de transformação possível.*

Captar a efetuação do acontecimento em seu fulgor – não aceitá-lo e resignar-se a ele, não recusá-lo e opor-lhe resistência, mas afirmá-lo em sua potência disruptiva – é a condição para que se opere, num único lance, a sua contraefetuação instantânea (Deleuze, 2000), é a possibilidade de relançá-lo no fluxo do devir. Um tal diagnóstico não se submete à oposição ciência/política. É intervenção na cultura, ato-pensamento operando nas bordas do tempo presente: acontecimento.

## **Sobre o acontecimento educacional**

A partir dessas considerações, como pensar a especificidade do acontecimento, no que concerne à pesquisa em História da Educação? Em uma primeira aproximação, proponho que se compreenda o acontecimento educacional como a incidência de uma descontinuidade nas formas de racionalidade imanentes ao dispositivo de Educação<sup>14</sup>, como a emergência de uma singularidade, que se lhe configura como problemática. Essa definição implica em conceber o dispositivo educacional como possuindo linhas de estratificação, ou de sedimentação (Deleuze, 1996) – que consistem nos efeitos de hegemonia obtidos por alguns projetos educacionais sobre os demais e que tendem a perpetuar uma determinada configuração estratégica –, mas, também, como se compondo de linhas de atualização, ou de criatividade (idem), através das quais se produz sua transformação. É precisamente porque as formas de dominação não são monolíticas, mas enfrentam resistências, tensionamentos e desarticulações (Foucault, 1997), que se produzem as fissuras de um dispositivo, por onde irrompem acontecimentos singulares.

Para o historiador da Educação, que opera nessa perspectiva, é sempre um elemento de *atualidade* – uma *diferença* no tempo presente – o que dispara o processo de investigação<sup>14</sup>. Assim, inserir-se nas fendas do dispositivo educacional, problematizando-o, alargando suas brechas, captando-o em seu devir, anunciando possibilidades outras, é um modo *acontecimental* de produzir História da Educação<sup>15</sup>, mesmo se nesse processo o historiador se volte para o passado, a fim de construir a série descontínua de acontecimentos em que se inclui o seu problema – análise da proveniência – e para traçar as condições de seu aparecimento: descrição da emergência<sup>16</sup>.

Esse modo de produzir História da Educação parte de uma questão filosófica crucial: *o que é pensar?* Foucault (1999) define pensamento como a possibi-

lidade de estranhamento da *experiência*<sup>17</sup> que temos de nós mesmos e do mundo em que vivemos. Mas o que faz com que essa experiência perca a sua familiaridade e se torne problemática? São as rachaduras da atualidade os signos diferenciais (Deleuze, 1988) que incitam o pensamento em Educação, um imponderável que nos leva a debruçarmo-nos sobre o caráter contingente, precário, circunstancial da experiência educacional com a qual estamos envolvidos – e a reinventá-la, sempre.

### Notas

1. “Há muito tempo que os historiadores não gostam muito dos acontecimentos, e fazem da ‘desacontecimentalização’ o princípio da inteligibilidade histórica. Eles o fazem ao referir o objeto de sua análise a um mecanismo, ou a uma estrutura, que deve ser o mais unitário possível, o mais necessário, o mais inevitável possível, enfim, o mais exterior à história possível” (Foucault, 2003b, p. 341).
2. “Não se deve dizer que há acontecimentos problemáticos, mas que os acontecimentos concernem exclusivamente aos problemas e definem suas condições. (...) O acontecimento por si mesmo é problemático e problematizante” (Deleuze, 2000, p. 57).
3. “(...) ‘a atualidade’ como diferença na história e como motivo para uma tarefa filosófica” (Foucault, 2000b, p. 341).
4. É em referência a essa concepção deleuziana que Foucault (1996, p. 58) afirma que “(...) a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo do incorporeal”.
5. “Actual” adquire, nesse contexto, o sentido que Foucault (2000b) atribui ao conceito *atualidade*, isto é, o de uma diferença na história, em ressonância com a acepção deleuziana de *atualização*, especificada acima (em todas as citações desse artigo de Deleuze, preservei a sua tradução portuguesa).
6. É importante ressaltar que a relação desses acontecimentos incorporais com os estados de coisas de que são o efeito não é de causalidade simples, ou de determinação mecânica. Como diferem por natureza de suas causas, esses efeitos de superfície “(...) entram uns com os outros em relações de quase-causalidade e em conjunto entram em relação com uma quase-causa ela própria incorporeal, que lhes assegura uma independência muito especial” (Deleuze, 2000, p. 175) frente aos corpos de que são efeito.
7. “Uma dupla luta tem por objeto impedir toda confusão dogmática do acontecimento com a essência, mas também toda confusão empirista do acontecimento com o acidente” (Deleuze, 2000: p. 56).
8. “Não perguntemos, pois, qual é o sentido de um acontecimento: o acontecimento é o próprio sentido” (Deleuze, 2000, p. 23).
9. Deleuze (2000, p. 1) afirma, a respeito de *crescer*: “(...) é ao mesmo tempo (...) que nos tornamos maiores do que éramos e nos fazemos menores do que nos tornamos”.
10. Inevitável lembrar de Foucault (1996, p. 51), quando este afirma ser necessário “(...) restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; [e] suspender, enfim, a soberania do significante”.

11. “(...) pois ser presente seria ser e não mais devir” (Deleuze, 2000: p. 169).
12. De acordo com Foucault (2000b, p. 237), “o sentido-acontecimento sempre é simultaneamente o limite deslocado do presente e a eterna repetição do infinitivo”.
13. Por *dispositivo educacional*, compreendo um conjunto heterogêneo e instável de práticas discursivas e não discursivas, atravessado por múltiplas e conflituosas relações de poder, que constrói a Educação como objeto de saber, como alvo de manobras estratégicas e como modo de subjetivação.
14. Corazza (1998), a partir da problematização dos discursos que anunciam o *fim da infância*, que denunciam que a infância está sendo roubada, profanada, corrompida, e que preconizam que a Educação deve restaurar as condições de uma *infância sem fim*, constrói uma genealogia do moderno dispositivo de infantilidade – que não apenas cria o infantil, como também produz a identificação do adulto com a criança que ele foi –, indicando a sua proveniência e o que tornou possível a sua emergência, e apontando os processos de fratura desse dispositivo – dimensão propriamente *acontecimental* da análise –, que conduzem à desintegração da infantilidade moderna e à abertura de novas formas de subjetivação infantil.
15. Neste sentido, pode-se questionar algumas pesquisas realizadas no âmbito da Educação, que se atribuem uma inspiração foucaultiana, mas que operam com uma concepção de poder de tal forma asfixiante, que obturam o processo do devir – como se um dispositivo possuísse somente linhas de estratificação (Deleuze, 1996).
16. É próprio ao acontecimento o paradoxo de integrar uma série e, ao mesmo tempo, consistir numa singularidade pura. A partir de Deleuze (2000), pode-se dizer que o acontecimento é a *instância paradoxal* que faz a afirmação disjuntiva da série e da singularidade – que articula as suas diferenças –, sendo a singularidade o que está em falta na série e a série o que há em excesso na singularidade.
17. Foucault (2001, p. 10) conceitua experiência como “(...) a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade”.

### Referências Bibliográficas

- CARDOSO, Irene. Foucault e a noção de acontecimento. In: *Tempo social*: revista de sociologia da USP. São Paulo, v. 7, n. 1-2, out., 1995, p. 53-66.
- CORAZZA, Sandra. *História da infantilidade – A-vida-a-morte e mais-valia de uma infância sem fim*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação/Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998 [Tese de Doutorado em Educação].
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. Controle e devir. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- \_\_\_\_\_. O que é um dispositivo? In: *O mistério de Ariana*. Lisboa: Vega, 1996.
- \_\_\_\_\_. O atual e o virtual. In: *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FOUCAULT, Michel. O cuidado com a verdade. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (Org.). *O dossier: últimas entrevistas*. Rio de Janeiro: Taurus, 1984.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

\_\_\_\_\_. Polêmica, política y problematizaciones. In: GABILONDO, Ángel (Org.). *Estética, ética y hermenéutica*. Barcelona: Paidós, 1999.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a.

\_\_\_\_\_. *Theatrum philosophicum (1970)*. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b. Coleção Ditos e Escritos: II.

\_\_\_\_\_. Nietzsche, a genealogia, a história (1971). In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b. Coleção Ditos e Escritos: II.

\_\_\_\_\_. Retornar à história. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b. Coleção Ditos e Escritos: II.

\_\_\_\_\_. Estruturalismo e pós-estruturalismo. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b. Coleção Ditos e Escritos: II.

\_\_\_\_\_. O que são as Luzes? In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b. Coleção Ditos e Escritos: II.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. A poeira e a nuvem. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a. Coleção Ditos e Escritos: IV.

\_\_\_\_\_. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b. Coleção Ditos e Escritos: IV.

MACHADO, Roberto. *Deleuze e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

Amadeu de Oliveira Weinmann é psicólogo, licenciado em História e aluno do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS.

Endereço para correspondência:

E-mail: amadeu.ez@terra.com.br.